



Os movimentos sociais e as novas centralidades urbanas: o caso do #ocupeestelita

Luiz Eduardo Pinheiro Sarmento¹  

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Neste texto, busco analisar os conflitos e as resistências que se estabelecem em torno da implantação de megaprojetos de desenvolvimento. Especificamente, procuro lançar luz sobre as lutas e as iniciativas alternativas empreendidas pelo Movimento #ocupeestelita na disputa de um espaço histórico e paisagístico, denominado Cais José Estelita, localizado em Recife-PE, alvo de um empreendimento imobiliário. Meu pressuposto é que estes acontecimentos geraram transformações e fizeram aflorar, a partir de atos insurgentes e criativos, novas experiências de gramáticas espaciais insurgentes e novas centralidades urbanas, alterando a direção dos fluxos comunicativos e, sobretudo, a posição e a identidade dos sujeitos interagentes. Para análise, recorro a uma pesquisa etnográfica realizada entre os anos de 2013 e 2017 que registrou e interpretou as ocupações, dinâmicas, discursos e formas de participação.

Palavras-chave

Direito à cidade. Conflitos socioambientais. Movimentos sociais. Ativismos urbanos.

1. Antropólogo, com Doutorado e Estágio Pós-doutoral em Antropologia (PPGA/UFPE). É pesquisador do Laboratório de Estudos Avançados em Cultura Contemporânea – LEC e do Observatório de Museus e Patrimônio Cultural – OBSERVAMUS (DAM/PPGA/UFPE).

Los movimientos sociales y nuevas centralidades urbanas: el caso de #ocupeestelita

Resumen: En este texto, busco analizar los conflictos y las resistencias que se establecen en torno a la implementación de mega proyectos de desarrollo. Específicamente, trato de arrojar luz sobre las luchas y las iniciativas alternativas emprendidas por el Movimiento #ocupeestelita en la disputa por un espacio histórico y paisajístico llamado Cais José Estelita, ubicado en Recife-PE, el objetivo de un desarrollo inmobiliario. Mi suposición es que estos eventos generaron transformaciones y produjeron, a partir de actos insurgentes y creativos, nuevas experiencias de gramáticas espaciales insurgentes y nuevas centralidades urbanas, cambiando la dirección de los flujos comunicativos y, sobre todo, la posición e identidad de los sujetos que interactúan. Para el análisis, utilizo una investigación etnográfica realizada entre los años 2013 y 2017 que registró e interpretó las ocupaciones, dinámicas, discursos y formas de participación.

Palabras clave: Derecho a la ciudad. Conflictos socio-ambientales. Movimientos sociales. Activismos urbanos.

The social movements and new urban centralities: the case of #ocupeestelita

Abstract: In this text, I seek to analyze the conflicts and resistance that arise around the implementation of mega-development projects. Specifically, I try to shed light on the struggles and alternative initiatives undertaken by the #ocupeestelita Movement in the dispute over a historic and scenic space called Cais José Estelita, located in Recife-PE, which is the target of a real estate development. I assume that these events generated transformations and gave rise, through insurgent and creative acts, to new experiences of insurgent spatial grammars and new urban centralities, altering the direction of communicative flows and, above all, the position and identity of the interacting subjects. For the analysis, I draw on ethnographic research carried out between 2013 and 2017, which recorded and interpreted the occupations, dynamics, discourses, and forms of participation.

Keywords: Right to the city. Socio-environmental conflicts. Social movements. Urban activism.

Introdução

Na última década, no contexto das atuais crises enfrentadas pelas cidades, especialmente aquelas que se utilizam de parâmetros globalizantes em seu planejamento urbano, pude acompanhar inúmeros debates e disputas acaloradas em torno do destino do Cais José Estelita², localizado no Centro Histórico do Recife.

Alvo de intervenções, negociações e tensões entre o poder público, empresários e setores da sociedade civil, a área, destinada à construção de um megaempreendimento imobiliário denominado “Projeto Novo Recife”³, logo tornou-se um ambiente do florescimento de novas experiências de gramáticas espaciais insurgentes.

2. A extensão de terreno, de mais de 100 mil m², pertencente à Rede Ferroviária Federal, foi arrematada, em leilão, por um grupo de empresas (Moura Dubeux, Queiroz Galvão e GL Empreendimentos), formando um Consórcio que objetivava implementar um megaprojeto imobiliário, o chamado Projeto Novo Recife.

3. O projeto previa, inicialmente, a construção de torres residenciais e comerciais, totalizando 13 prédios com cerca de 40 andares.

O fato é que as propostas de implantação de megaprojetos explicitaram novos cenários de tensões e disputas em que se destacaram tanto as aclamações ao “desenvolvimento econômico” como as denúncias em torno dos impactos socioambientais, culturais e paisagísticos. Neste contexto, a problemática urbana assumiu um lugar relevante nos debates. Numa tentativa de se inserir numa dinâmica mercadológica, as cidades tornaram-se palco de uma verdadeira “quebra de braços”, onde lógicas territoriais, com forças assimétricas, foram levadas a cabo entre os pretensos “agentes da modernização” e a sociedade civil organizada, identificada a partir das comunidades locais.

Sem dúvida, estes fatos se inscrevem num marco de contradições que caracterizam a formação dos grandes centros urbanos brasileiros, como é o caso do Recife. Trata-se de uma disputa que se instaura nos planos político, simbólico e midiático, instituindo um conflito que se expressa na luta pelo direito de construir representações legítimas e reconhecidas sobre os espaços urbanos, pelo direito à cultura e pelo direito à qualidade de vida urbana.

Nesta atmosfera, a presença dos movimentos sociais urbanos, passou a revelar as inúmeras inquietudes urbanas, a dimensão conflitiva do espaço e, sobretudo, as visões distintas de cidade. Sob o lema “A cidade é nossa. Ocupe-a”, o Movimento #OcupeEstelita, por exemplo, além de fazer frente à destruição do Cais José Estelita e a conseqüente implantação do empreendimento, questionando a destinação privatista dos vazios urbanos e as decisões sobre o uso do patrimônio público, terminou por convocar as pessoas a pensarem sobre o direito à cidade, surgindo como uma janela a revelar agendas, aglutinando e mobilizando manifestações, ocupações, assembleias, audiências públicas, denúncias ao Ministério Público, campanhas, abaixo-assinados e pedidos de tombamento.

Confrontando as mudanças e alterações pautadas nos grandes projetos urbanos que trariam o chamado “progresso”, terminaram por elaborar, igualmente, além de uma potente crítica, uma reflexão sobre a ideia de esfera pública, das fricções entre o público e o privado e, principalmente, sobre o urbano que parte do “espaço vivido” (Lefebvre, 2001), invisibilizado e/ou omitido dos discursos, práticas oficiais e operado pela especulação imobiliária que, inclusive, gera processos como a gentrificação, a verticalização e a periferização. Por conseqüência, gerou uma onda de adesões que ganhou corpo e força, envolvendo instituições, artistas, outros movimentos sociais e a sociedade civil.

Assim, observando estes acontecimentos que, recentemente, completaram dez anos, busco analisar as estratégias formuladas pelos diversos indivíduos, grupos e movimentos no sentido de articularem seu problema como um fato coletivo, rompendo a invisibilidade interposta por técnicos, empresas e governos. Pretendo, especificamente, evidenciar a presença do Movimento #OcupeEstelita e do Grupo Direitos Urbanos nos

debates sobre os destinos da cidade do Recife, evidenciando sua ação coletiva de engajamento e participação política, suas lutas materiais e simbólicas em torno dos usos e apropriações do meio ambiente, trazendo suas principais mensagens, desafios e propostas, pautadas em diferentes ações e atividades reivindicativas e contestatórias.

1 O Projeto Novo Recife e a luta pelo Cais José Estelita: inquietudes urbanas e a dimensão conflitiva do espaço

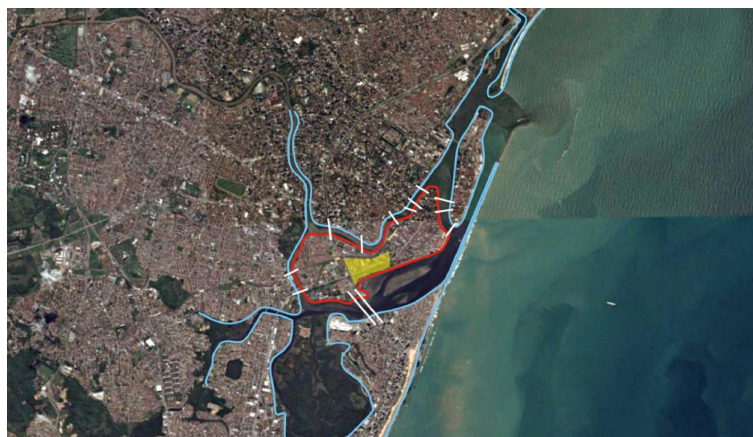
O Cais José Estelita, localizado no Bairro de São José, Centro Histórico do Recife, revelou-se como ponto de encontro (e desencontro) de visões distintas de cidade. A área há muito tempo subutilizada, mas, ao mesmo tempo, de alto valor urbanístico, foi objeto de interesse da indústria imobiliária que aposta no modelo de negócios que começa a falhar e que reflete a incapacidade dos governos em regular os investimentos privados.

Em 2008, exatamente neste sítio, deu-se início a um processo que se revelaria como um lugar das colisões mais emblemáticas em torno do modelo-visão de cidade, de seu planejamento urbano. A extensão de terreno, de mais de 100 mil m², foi arrematada em leilão por um grupo de empresas, formando um consórcio que objetivava implementar um megaprojeto imobiliário, o chamado Projeto Novo Recife. Em seu memorial descritivo, o Consórcio Novo Recife justifica que:

O Empreendimento Novo Recife está localizado no Núcleo da Região Metropolitana do Recife, no Centro do Recife. Trata-se de um vazio urbano relevante, posto que sua localização no território confere a gleba uma particular condição de ocupação vocacionada para por serviços do terciário moderno e habitação [...] A integração mundial, contudo, atribuiu um papel adicional às cidades, o de imprimir maior eficiência a suas atividades econômicas, sujeitas a acirrada competição (Novo Recife Empreendimentos, 2012).

Por esse discurso, a princípio, é possível perceber que o empreendimento está, muito mais, dentro de uma lógica da iniciativa privada que vê, na transformação desse espaço, uma mercadoria a ser valorizada, vocacionada a ser um produto explorado pelo setor de terciário. O próprio emprego do nome “novo” traz uma certa noção de contraposição ao “velho”, pensando a linha de borda em que está circunscrito, horizontal e decadente ainda que histórica e outra de borda, vertical, paradisíaca e moderna. O Projeto está localizado numa região estratégica, às margens da Bacia do Pina, e na linha de ligação entre os dois centros de economia dinâmica da cidade, o Recife Antigo e o Bairro de Boa Viagem, na Zona Sul da cidade, como é possível acompanhar no mapa abaixo.

Figura 1



Fonte: Projeto Novo Recife Redesenho, apresentado em audiência pública realizada em 27 de novembro de 2014 (<http://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/audi%C3%A2ncia-p%C3%BAblica-redesenho-do-projeto-novo-recife-0>).

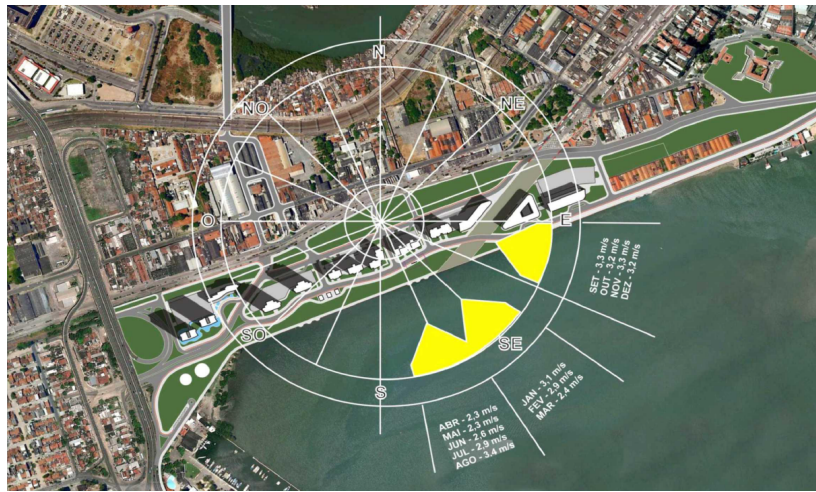
Figura 2



Fonte: UOL Notícias Cotidiano. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/06/01/obra-em-bairro-historico-inflama-debate-sobre-verticalizacao-do-recife.htm>.

Trata-se, portanto, de um megaprojeto imobiliário que, em linhas gerais, pretende “requalificar” o antigo Cais José Estelita e transformá-lo em um conjunto de 13 prédios com 42 a 137 metros de altura, além de áreas de uso público com parque, praças, vias, ciclovias, calçadas e outros equipamentos, em conformidade ao panorama abaixo evidenciado:

Figura 3



Fonte: Projeto Novo Recife Redesenho, apresentado em audiência pública realizada em 27 de novembro de 2014 (<http://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/audi%C3%Aancia-p%C3%BAblica-redesenho-do-projeto-novo-recife-0>)

O intuito passa, dessa maneira, pela transformação desse espaço em novas centralidades, sendo as opções culturais e de lazer acionadas como forma de apropriação e justificação, prometendo a “recuperação” de uma suposta vida local, dotando os espaços públicos de melhorias da infraestrutura, através de projetos envolvendo alta tecnologia. São espaços produzidos “por uma arquitetura espetacular e um urbanismo integrado aos padrões éticos e estéticos da mundialização” (Sánchez, 1999), como é possível notar:

Figura 4



Fonte: <http://marcozero.org/tese-de-doutorado-fortalece-tombamento-do-estelita>.

É possível observar pelas imagens que a instalação do empreendimento, como nos lembra o Geógrafo Alexandre Sabino do Nascimento (2014), gera

Mudanças substanciais na paisagem e estrutura urbana que geralmente implicam mudanças de conteúdos socioeconômicos em subespaços das cidades receptoras, mas não se limitam a estes subespaços, podendo influenciar na dinâmica de toda uma cidade (Nascimento, 2014, p. 45).

Vale ressaltar, ainda, que projetos como este vinculam-se a um determinado padrão gestado e consumido na denominada “cultura de classe média”, que envida esforços de estruturar representações legítimas do espaço baseando numa qualidade de vida urbana elaborada, nesse contexto, enquanto mercadoria para aqueles que possuem dinheiro, como tão bem não nos deixa esquecer David Harvey (2011):

A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para aqueles com dinheiro, assim como para a própria cidade, num mundo onde o turismo, o consumismo, o marketing de nicho, as indústrias culturais e de conhecimento, e também a perpétua dependência em relação à economia política do espetáculo tornaram-se os principais aspectos da economia política do desenvolvimento urbano (Harvey, 2011, p. 143).

Este modelo de representação, inclusive, traz fortemente uma perspectiva de “modelização” e “espetacularização” das cidades, gerando paisagens urbanas demasiado semelhantes, muitas vezes sem vínculo com a realidade imediata local. O que percebo é a edificação de uma arquitetura uniformizada através das torres de concreto e vidro, buscando, desse modo, a vinculação a uma imagem e monumentalidade que geralmente estão presentes nas cidades globais, ou pelo menos nas que aspiram ser, como é possível notar.

Figura 5



Fonte: Projeto Novo Recife apresentado em audiência pública realizada em 27 de novembro de 2014 (<http://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/audi%C3%A2ncia-p%C3%BAblica-redesenho-do-projeto-novo-recife-0>)

Ademais, inserido ao contexto do “empresariamento urbano” (Harvey, 1996) que se articula a partir do sistema investimento-produção-consumo, o empreendimento “Novo Recife” alega, em sua justificativa, a geração de empregos e uma maior qualidade de vida, refletindo, assim, uma visão do crescimento econômico como sinônimo ou condição necessária de desenvolvimento⁴. Essa narrativa, inclusive, permeou as várias falas que vislumbravam apenas positivities, como é possível acompanhar:

Ninguém ergue, nem torna sustentável, um empreendimento desse porte sozinho. Para se ter ideia, o investimento que vamos realizar em toda a obra é de R\$ 1,5 bilhão. Por isso mesmo, o nosso projeto oportunizará durante a sua construção cerca de seis mil empregos, entre diretos e indiretos, e depois de pronto estão previstos mais dois mil empregos fixos. Na área, serão construídos prédios empresariais, residenciais e hoteleiros. Oportunidades à vista, principalmente, para os moradores das comunidades no entorno do Cais José Estelita” (Saboia, 2016).

Sobre essa perspectiva, ainda, traduzido em seu slogan, “bom para a cidade, bom pra você”, o Consórcio Novo Recife argumenta que:

A geração de empregos, durante o período da construção do empreendimento, e permanentes, após a sua conclusão, vai beneficiar milhares de pessoas nas comunidades do entorno da obra. O Consórcio pretende implantar uma escola de formação de mão de obra no local para garantir a contratação dos moradores/alunos no canteiro de obras. A unidade também teria a preocupação de capacitar a população para ocupar as vagas que vão surgir com a implantação do projeto, como serviços gerais, porteiros, atendentes, camareiras, recepcionistas. Ao todo serão oferecidos vinte e quatro mil empregos diretos e indiretos durante a construção e mais dois mil empregos diretos ao final da obra (Consórcio Novo Recife, 2014).

Somando-se, continuam, na construção da narrativa, a oferecerem diversos outros argumentos e imagens, na tentativa de posicionar o empreendimento como parte do processo de “evolução” da cidade (histórica e cultural), buscando, assim, construir um consenso em torno da necessidade de sua aprovação e efetivação:

4. É importante registrar que este empreendimento traz relações diretas com as propostas como o Metrôpole 2010, plano diretor de 1998, e o Metrôpole Estratégica, de 2002, que serviram de referência, pois já identificavam a região como um território de oportunidades para a atração de empreendimentos. Outro trabalho que serviu de ponto de partida foi o Plano do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda, de 2003, que visava transformar completamente a frente atlântica entre os centros históricos das duas cidades pernambucanas.

O Recife é marcado por grandes intervenções urbanas durante toda a sua história, como o exemplo da Avenida Guararapes e, recentemente, o projeto Porto Novo, que promoveram o crescimento da cidade. O Novo Recife tem potencial para contribuir largamente com essa evolução, trazendo para a cidade modernização aliada à valorização cultural (Projeto Novo Recife, 2014).

Para tanto, procuram, igualmente, reforçar a tese de que a área, com o novo uso, será destinada publicamente à valorização da cultura e dará um impulso ao turismo, como é possível notar nos trechos abaixo evidenciados:

O Projeto Novo Recife vai oferecer à cidade uma grande praça de 15.000m², quase 1.000m² de área verde a mais que a Praça de Casa Forte. E tem um charme a mais: a brisa e a paisagem do Capibaribe! [...] Dentro do terreno do Projeto Novo Recife, 10.600 m² serão dedicados a atividades de comércio e serviços. Essa área equivale a quase três Mercado de São José, que todo recifense conhece (Projeto Novo Recife, 2014).

É possível observar que, na maior parte do material produzido pelo Consórcio, há, fortemente, a tentativa de criar um dilema entre manter a área “abandonada”, “esquecida”, símbolo de atraso, e a efetivação do empreendimento, sinônimo de modernidade, permitindo o “avanço” e a inauguração de um “novo cartão postal para a cidade”. Segundo o material publicitário compartilhado no ano de 2014, existiriam 10 motivos que demonstram que o Projeto Novo Recife seria bom para a cidade, a saber:

1. Construção de um parque público de 90.000 metros quadrados, o equivalente a 1,2 Parques da Jaqueira;
2. Construção de uma biblioteca pública para atender às comunidades da região;
3. Impacto positivo no perfil socioeconômico do bairro de São José;
4. Geração de 24 mil empregos, diretos e indiretos, ao longo das obras, além de 2 mil permanentes após sua conclusão;
5. Criação de uma ciclovia que vai interligar a Via Mangue à Av. Norte;
6. Restauração da Matriz de São José, uma das mais importantes da cidade;
7. Criação de novas vias de acesso entre a Zona Sul e o Centro do Recife;
8. Preservação dos armazéns da antiga rede ferroviária federal, criando assim um centro cultural e um novo polo de atividades para a cidade;
9. Demolição do Viaduto de Cinco Pontas e construção de um túnel, que vai devolver ao Recife a integridade visual e histórica do Forte de Cinco Pontas;
10. Aumento da arrecadação de impostos para a Prefeitura do Recife, que terá mais recursos para investir em outras áreas da cidade (Projeto Novo Recife, 2014).

Especialmente durante o ano de 2014, a Rede Social (Facebook) do Projeto Novo Recife funcionou ativamente no compartilhamento-venda de uma imagem que procurou legitimar o discurso de um empreendimento imobiliário “bom para a cidade”. Ademais, foi possível, também, observar uma ação “promocional” que procurou demonstrar como o projeto teria adesão por toda a população recifense, sendo, portanto, favorável:

Figura 6



Fonte: Consórcio Novo Recife (<https://www.facebook.com/novorecife>).

Além da sociedade civil, de uma maneira geral, o Consórcio Novo Recife procurou, por outro lado, trazer depoimento de especialistas e representantes de instituições:

O presidente do Recife Convention Bureau, Bruno Herbert, acredita no Novo Recife como potencializador do turismo no Centro. “A revitalização do Cais José Estelita é primordial para a cidade. A área tem a melhor vista do Centro e está carente de valorização há anos. Certamente, será um motivo a mais para que o turista estique sua visita ao Centro e ao Bairro do Recife, que fica do lado. O hotel previsto no projeto pode ser um novo espaço para o turismo de negócios que é crescente na cidade” (Projeto Novo Recife, 2014).

Seguindo essas narrativas e mensagens, percebo claramente a construção de imagens, mediante estratégias discursivas, meios e instrumentos para sua difusão e legitimação em variadas escalas. As “propagandas”⁵ são produzidas para que a cidade seja vendida para um público específico. Para tanto, desponta uma cidade segura para o turista, para o capital estrangeiro, para empresas e provedoras de serviços de luxo, ou seja, baseada num planejamento estratégico que vende a cidade para um grupo que exclui desta os cidadãos que a ela pertencem.

5. Em 24 de fevereiro de 2013, os empreendedores divulgam maciçamente o projeto em encarte de doze páginas como **Informe Publicitário** nos maiores jornais em circulação do Recife, sob o título “Presente e futuro no Cais José Estelita” (Informe Publicitário Consórcio Novo Recife, 2013).

Ao acessar estes conteúdos, criados e postos em circulação, acredito que o Projeto Novo Recife se trata de uma iniciativa exemplar que põe em marcha um processo de remodelação de cidades, implicando, por sua vez, a camuflagem e a remoção de elementos “indesejáveis”; da mesma forma, aspectos “desejáveis” são enfatizados ou simplesmente inventados, sem qualquer relação com a história e cultura locais. A criação dessas novas paisagens para o consumo turístico toca em uma delicada questão: até que ponto tais empreendimentos contribuem para a manutenção e a sobrevivência da paisagem e da cultura local? E ainda mais: qual o limite a ser imposto entre o “real / autêntico” e o “imaginário / falsificado”?

No entanto, foi exatamente nesse território, aparentemente condenado ao destino de tornar-se mais um espaço de consumo, que emergiu um dos principais exemplos de inquietudes urbanas que passaram a reivindicar, por outro lado, um espaço público de expressão coletiva (Ribeiro, 2000, p. 6). Desde sua apresentação, em 2012, o empreendimento recebeu inúmeras críticas e fez com que reascendessem questionamentos sobre o modelo de negócios de como a indústria da construção civil vinha operando no Recife.

Protestando, a princípio, acerca dos reais benefícios sociais e econômicos de tais iniciativas, que tendem a mascarar a realidade, desviando a atenção das pessoas dos problemas relacionados ao desenvolvimento urbano e social das cidades, e a falta de participação pública no debate urbanístico da cidade, acompanhei o surgimento de um novo fluxo que cobrava, antes de tudo, respeito à paisagem urbana e patrimonial da localidade, em sua natureza histórica, seus valores estéticos e artísticos. Ademais, somando-se, vários outros pontos passaram a ser questionados, a exemplo da função social inexistente, o problema da verticalização exacerbada, prejudicando a paisagem, além da ventilação e iluminação das áreas próximas, as consequências negativas ao aumento do trânsito.

Assim, nesse ambiente, com o objetivo de debater os problemas da cidade do Recife e protestar contra a implantação do megaprojeto, criou-se, em março de 2012, o grupo Direitos Urbanos (DU), constituído por diversas organizações, movimentos comunitários, arquitetos, urbanistas, professores, estudantes, artistas, cidadãos e cidadãs, que passaram a estimular intensas discussões, realizadas, a princípio, através das redes sociais:

O grupo Direitos Urbanos surgiu da articulação de pessoas interessadas em política e preocupadas com os problemas da cidade do Recife. A partir de um grupo de pessoas que se conheciam offline, o grupo foi se expandindo através das redes sociais e começou a transformar suas preocupações em ação pelo menos desde a reivindicação do tombamento do Edifício Caiçara. A mobilização seguinte foi contra um projeto de lei que visava proibir o consumo de álcool nas ruas e limitar o horário de funcionamento de bares como medida de combate à violência. Na nossa opinião, o projeto trazia um ônus à vivência

da cidade, criava uma cidade enclausurada, proibida de frequentar um espaço social importante, reforçando, além disso, alguns hiatos entre classes sociais. Esta mobilização agregou pessoas em torno do desejo comum de participar mais ativamente das decisões políticas que regulam ou interferem na vida social da cidade do Recife, buscando alternativas de ação quando o interesse da cidade fica esquecido pela representação política formal. Por isso logo ficou claro que aquilo que estava realmente em jogo nas discussões sobre o tal projeto de lei era uma concepção maior de cidade, de política, do tipo de vida que queremos. E por esta razão o grupo acabou atraindo a discussão de diversos outros problemas da cidade além desse projeto (Cisneiros, 2013 – Leonardo Cisneiros, foi uma das principais lideranças do Grupo Direitos Urbanos – DU e do Movimento Ocupe o Estelita - MOE).

Desse modo, instados pela ausência de planejamento urbano, especialmente no que concerne à falta de participação popular e comovidos pela indignação quanto à degradação ambiental, paisagística, histórica e arquitetônica que o projeto suscitava, os membros do DU, no contexto da cerimônia de abertura do “Pernambuco no Clima” – prévia do *Rio Climate Challenge*, escrevem uma carta-convite aberta ao público, convocando os participantes ao primeiro #OcupeEstelita, a saber:

O #ocupeEstelita será um grande ato da sociedade civil em defesa do direito às cidades sustentáveis, pelo meio ambiente e em protesto por um uso do solo responsável, ambientalmente equilibrado e socialmente justo na Região Metropolitana do Recife.

Nosso encontro acontecerá no terreno emblemático do Cais José Estelita, em que se planeja a construção de um restrito complexo imobiliário empresarial e habitacional de alto luxo, que prevê a construção de uma dezena de torres, sem consideração ao desenvolvimento sustentável da cidade, alimentando a lógica de mobilidade centrada no uso do transporte individual privado, desconsiderando a história do lugar e o significado da paisagem para as pessoas. O Cais José Estelita desenha uma paisagem histórica e afetiva na memória do Recife e isto está sendo desconsiderada pelos planos da iniciativa privada, com omissão do poder público. Por isso a sociedade civil se organiza. Erguemo-nos contra esta política urbana que vem sendo consolidada pelos gestores públicos locais que privilegia o privado ao público, o individual ao coletivo, alimentando uma dinâmica de segregação social e depredação ambiental sistêmica. Erguemo-nos em defesa do Recife, da gente do lugar, da memória afetiva urbana, pelo direito à participação social, às cidades sustentáveis e ao meio ambiente! Por um outro paradigma de desenvolvimento, que seja humano, que seja sustentável! A defesa do Cais é o grande símbolo deste momento no Recife, e o #OcupeEstelita é o nosso grande encontro. Aguardamos a presença de todas e todos (Direitos Urbanos, 2012).

Assim, devido ao descontentamento gerado com o Consórcio Novo Recife, surgiu um movimento de ocupação do espaço público, o #OcupeEstelita, claramente inspirado no Occupy Wall Street. Esse movimento não só se opõe à criação desse empreendimento na região central do Recife, mas também revive esse debate sobre esse modelo de ocupação verticalizado que a cidade adotou, revelando, assim, os efeitos danosos:

O gabarito violentamente desproporcional à massa edificada do bairro de São José é incompatível com a paisagem de um Recife horizontal, que se deu avançando metro a metro sobre as águas; o excessivo adensamento e suas consequências; o exclusivismo em relação ao setor social a que se destina o programa do empreendimento e o abrupto corte social que ele provoca no bairro, assim como a eleição de uma frente para o projeto na direção do Pina e de Boa Viagem, tratando o bairro como os fundos são alguns elementos concretos que apontamos, dentro da indignação que o Novo Recife nos provoca de uma forma mais ampla, porque agride profundamente nossa ideia de cidade (Direitos Urbanos, 2012).

Estão em jogo duas coisas. Uma, que diz respeito à natureza do projeto: o risco de perder uma enorme oportunidade de fazer um projeto que efetivamente dê uma nova dinâmica para o centro da cidade. Que sirva como o marco de uma mudança na maneira como a metrópole cresce e se desenvolve. Em um terreno daquele tamanho, numa posição tão estratégica na cidade (na articulação entre diversos eixos viários e numa das mais espetaculares paisagens do Recife), fica mais patente o absurdo do modelo de ocupação do solo segregador, de condomínios fechados e conduzido somente pelos planos de curto prazo da iniciativa privada. Mas outra coisa que está em jogo, como foi ficando mais claro com o desenrolar do embate com a prefeitura, é a defesa da própria moralidade da administração pública e das instituições. ‘O que ficou explícito é que esse modelo de desenvolvimento urbano só se tornou possível com a convivência, passividade e, em muitos casos, ajuda ativa de um poder público que abdicou do dever de planejar o futuro da cidade e defender o interesse coletivo’. A análise das falhas do processo de aprovação do Novo Recife mostrou uma catástrofe institucional formada por leis não regulamentadas, licenciamento ambiental sem os devidos estudos de impacto, completo desprezo pela transparência e participação popular, e extrema convivência com falhas na formação dos processos de licenciamento (Cisneiros, 2013).

Sob o lema “A cidade é nossa. Ocupe-a”, o Movimento #OcupeEstelita, além de fazer frente à destruição do Cais José Estelita e à consequente implantação do Projeto Novo Recife, terminou por convocar as pessoas a pensarem sobre o “direito à cidade”, vocacionado à fruição, ao aproveitamento do que ela tem a oferecer, à inclusão, ao respeito às pessoas. O MOE, como é possível acompanhar em sua página no Facebook, luta:

Contra um modelo de desenvolvimento urbano guiado apenas por interesses econômicos, que destrói a identidade de nossa cidade e promove uma ideia ultrapassada de progresso e modernização. Vários grupos, coletivos e movimentos sociais estão juntos na luta pelo nosso Recife. Unid@s, nos erguemos contra o urbanismo segregador e suas consequências hostis para a cidade. Desejamos uma cidade mais inclusiva, que respeite pedestres, ciclistas, usuáři@s de transporte público, ambulantes, pessoas sem-teto, quem sofreu remoção pela Copa 2014, morador@s de áreas de baixa renda, mulheres, homens, LGBTs e dissidentes, crianças, adolescentes, e outros grupos sociais estigmatizadas na sociedade. Lutamos por uma cidade que preserve o meio-ambiente, os recursos naturais, a cultura, a história, a memória, as identidades e, principalmente, pelos direitos mais básicos da população. O Projeto Novo Recife (NR) surge como a antítese de tudo isso. É o símbolo de um modelo de cidade excludente, segregadora, não-participativa e homogenia. As irregularidades, insatisfações, imoralidades e ilegalidades presentes em todo o processo de elaboração e do projeto apenas confirmam a sua nocividade para a construção de uma cidade democrática, humana e popular. Ele representa uma perda de oportunidades para o pleno desenvolvimento de uma área tão importante para cidade do Recife como o Cais José Estelita, pelo seu potencial social, histórico, geográfico, ambiental e sentimental.

Conseguimos muitos avanços e apesar da opressão do poder econômico, permaneceremos firmes na defesa dos nossos ideais. Mas acreditamos que ainda podemos ir além nessa luta pela garantia do nosso direito a uma cidade para todas. Junt@s, vamos garantir a construção de uma cidade humana, que represente as pessoas que nela vivem. Ocupar! resistir! A CIDADE É NOSSA! OCUPE-A!!⁶

Assim, o Movimento surgiu como uma janela a revelar agendas, aglutinando e mobilizando manifestações, ocupações, assembleias, audiências públicas, denúncias ao Ministério Público, campanhas e abaixo-assinados, pedidos de tombamento, para defender a área do Cais José Estelita, a cidade do Recife. Como consequência gerou uma onda de adesões que ganhou corpo e força, envolvendo instituições, artistas, outros movimentos sociais e a sociedade civil, que “através de uma intensa troca de experiências e da construção de uma luta baseada na horizontalidade, autonomia e ajuda mútua”⁷:

Ocupe Estelita nos indica que, a partir da participação e do diálogo, podemos ter esperança de ver nascer uma outra cidadania, uma outra relação com a cidade, outro direito a ela. Sinaliza para a possibilidade de conquistarmos um

6. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/MovimentoOcupeEstelita/about/?ref=page_internal. Acesso em 24 abr. 2014.

7. Depoimento postado no contexto das comemorações de dois anos de ocupação do Estelita. Disponível em: https://www.facebook.com/events/1075880295807109/?acontext=%7B%22ref%22%3A98%2C%22action_history%22%3A%22null%22%7D. Acesso em: 27 jan. 2015.

outro nível de pactuação, capaz de requalificar radicalmente o planejamento e os usos de nossos espaços públicos. Movimentos como o Estelita, que se multiplicam pelo país, traduzem uma mudança de comportamento dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. Há um desejo coletivo de barrar a degradação de nosso tecido urbano. Não há salvação sem outra mentalidade e visão de mundo, sem uma outra atitude com relação ao meio ambiente urbano. (...) O Ocupe Estelita eleva o debate político e cultural no contexto urbano brasileiro, evidencia uma cidade exaurida, uma Recife encurralada por leis urbanísticas que não se apropriam dos instrumentos compensatórios previstos pelo Estatuto da Cidade e que permitem um adensamento e verticalização incompatíveis com uma urbanidade sustentável. (...) A angústia de uma Recife enclausurada, cinza e claustrofóbica, que se tornou tema recorrente no cinema da nova geração pernambucana, precisa dar lugar à cidade reconciliada com o ambiente de diversidade e fertilidade que a envolve pelo mangue, pelos rios, pelos arrecifes e pelos séculos de riqueza cultural acumulada. O Ministério da Cultura tem olhos e ouvidos presentes na construção desse projeto. (Juca Ferreira, ex-Ministro da Cultura, em 05 de agosto de 2015)⁸.

Não surpreende que venham do Recife os ecos de uma inquietação popular que questiona as 'arcaicas estruturas' e habituais acordos da sociedade e da política na construção da paisagem e das clivagens territoriais nas metrópoles brasileiras. O Movimento Ocupe Estelita é um dos mais inovadores movimentos sociais que atuam na luta pelo direito à cidade no Brasil, para além da massa crítica, da tarifa zero e do passe livre, envolvendo a classe média, profissionais da cidade, Universidades e a população para pensar alternativas para o projeto de transformar o que resta dos armazéns do Cais José Estelita e do pátio de manobras ferroviárias contíguo em uma dúzia de torres de apartamentos de alto padrão (Diego Inglez de Souza, 2014)⁹.

Considerando a legítima expressão dos anseios de amplos setores da cidade do Recife, penso que, diante de toda uma adesão e mobilização local, nacional e internacional de entidades representativas, como é possível acompanhar logo abaixo, o Movimento #OcupeEstelita singulariza e traduz a relevância da luta pela democratização da cidade:

O Movimento Ocupe Estelita, defendendo uma cidade verdadeiramente popular, articula há cerca de três anos debates nas redes sociais, ocupação intensa dos espaços públicos, atuação jurídica e atos e ocupações de rua, especialmente no Cais José Estelita. (...) A mobilização tomou proporções internacionais. Transformando o Cais em um local de debate, formação política, manifesta-

8. Em depoimento intitulado "As cidades e a cultura: uma reflexão a partir do Movimento Ocupe Estelita", publicado Revista Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/as-cidades-e-a-cultura-uma-reflexao-a-partir-do-movimento-ocupe-estelita-9633.html>. Acesso em: 07 ago. 2015.

9. Em matéria para Revista Select. Disponível em: <http://www.select.art.br/o-que-ha-por-tras-do-ocupe-estelita>. Acesso em: 27 nov. 2014.

ção cultural e de exercício democrático popular. O Ocupe Estelita demonstrou sua força ao enfrentar os problemas vividos cotidianamente no Recife e fez confluír diversos outros movimentos e suas lutas, tais como o combate às opressões; as lutas por moradia, o direito à cidade e de gênero; o debate sobre os efeitos do neodesenvolvimentismo, a abordagem de grupos em situação de fragilidade social e adicção; os resquícios do Regime Militar na máquina pública do Brasil atual etc. (...) Entendendo o Cais José Estelita como uma metáfora do crescimento do Recife e de diversas outras cidades brasileiras e por lutar pela garantia de uma cidade que seja partilhada por todas as pessoas (Manifesto de Apoio ao Movimento Ocupe Estelita, em 05/08/2014)¹⁰.

Hoje há uma guerra real no Recife. – É o Povo contra o Capital, pelo futuro da nossa Cidade. São as Construtoras e os maiores Capitalistas de PE, apoiados pelo silêncio da Mídia Local e a omissão da Prefeitura, tentando descer um sarrafo amoral no povo do Recife. É uma guerra urbana, socioambiental, de conceitos, de compromissos e de lados políticos de classe. Com fortes argumentos, os movimentos sociais alegam que a área ainda é pública e federal e teria sido adquirida em um leilão que está sub judice, leilão este realizado às pressas e sem qualquer participação da sociedade. O modelo de desenvolvimento imposto ao Recife nas últimas décadas é claramente insustentável. A crise urbana, ambiental e social da capital e demais cidades da região metropolitana, extrapolaram os limites racionais e a capacidade de carga socioambiental destas cidades já se esgotaram.

O mais extraordinário desta boa guerra é que o movimento #Ocupa Estelita, resgata uma Agenda de Reivindicações importantíssima para a nossa Cidade, pois a partir da legítima luta, pela utilização democrática e coletiva, desta bela e histórica área existente ao largo do Cais Jose Estelita e as margens dos Estuários dos Rios Capibaribe e Pina, transcende a disputa entre o público e o privado. Se desnuda para a cidade uma questão essencial, profunda, social, ecológica e coletiva, para garantirmos a qualidade de vida, a sustentabilidade e a promoção da uma gestão democracia com inclusão social.

Afinal, o que está em jogo é o futuro da cidade e o projeto de modelo de planejamento e desenvolvimento socioambiental para o Grande Recife. Este futuro não pode estar refém dos interesses financeiros, políticos partidários e eleitorais, nem de projetos personalistas de pseudos ‘líderes políticos’, que se revezam no plantão do poder em nosso Estado. Diante deste cenário ecológico e as entrelinhas que estão expostas, diante deste salutar conflito social, afirmamos nosso apoio ao “Movimento #Ocupa Estelita”. (Manifesto de Apoio ao Movimento Ocupe Estelita, publicado pela ONG Ecos Brasil, em 30 de maio de 2014)¹¹.

10. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/new/index.php?option=com_k2&view=item&id=943:observat%C3%B3rio-apoia-movimento-ocupe-estelita&Itemid=164&lang=pt#. Acesso em: 30 ago. 2014. Assinam este manifesto 139 entidades e associações.

11. Disponível em: <http://ecosbrasilong.blogspot.com.br/2014/05/sos-recife-todo-apoio-ao-ocupe-estelita.html>. Acesso em: jun. 2014. Assinam este manifesto 139 entidades e associações.

De fato, como é possível seguir nas imagens abaixo copiadas, foi inaugurada uma ampla participação, evidenciando o poder coletivo, mobilizado politicamente para questionar o empreendimento, em sua destinação privatista, as decisões sobre o uso do patrimônio público e o destino das nossas cidades, construindo, desse modo, uma nova experiência na/da cidade (física e digital).

Figura 7



Assim, levou-se o debate sobre o futuro do Cais José Estelita aos mais diversos setores da sociedade, revelando uma nova mentalidade e atitude em relação ao meio ambiente urbano.

Trata-se, portanto, de uma mobilização que sintetiza as principais preocupações sobre os “rumos” da cidade e as inquietudes que denunciam como a proximidade tem cedido lugar ao consumo e, provocado, por consequência, esvaziamento das relações no contexto das cidades, modificando, muitas vezes, os sentidos de pertencimento e apropriação dos espaços urbanos. Direciona o olhar não apenas em relação ao megapreendimento, mas às transformações profundas que precisam acontecer no processo de construção e representação da cidade e nos interesses, em choque, entre o grande capital privado, o estado e a sociedade civil, como é possível notar na “Carta em Defesa do Cais José Estelita. Nossa paisagem, nosso patrimônio”, encaminhada em 23 de abril de 2012 às autoridades federal e estadual:

Agride-nos e viola as características urbanas e históricas do Bairro de São José. Discordamos do projeto de cidade contido na proposta apresentada porque representa um corte contra a nossa paisagem urbana, esta, que conta a nossa

história, na qual nos vemos refletidos, e é nosso patrimônio cultural e afetivo. E tudo isso para servir a um mercado imobiliário restrito ao qual apenas uma pequenina minoria tem acesso, no contexto do Recife. (...) O gabarito violentamente desproporcional à massa edificada do Bairro de São José e incompatível com a paisagem de um Recife horizontal, que se deu avançando metro a metro sobre as águas; o excessivo adensamento e suas consequências; o exclusivismo em relação ao setor social a que se destina o programa do empreendimento e o abrupto corte social que ele provoca no bairro, assim como a eleição de uma frente para o projeto na direção do Pina e de Boa Viagem, tratando o Bairro de São José como os fundos, são alguns elementos concretos que apontamos, dentro da indignação que o Novo Recife nos provoca de uma forma mais ampla, porque agride profundamente nossa ideia de cidade. A área toda tem grande valor histórico por permitir, ainda hoje, uma percepção de qual foi o padrão de ocupação da cidade que se consolidou ao longo do tempo. O enfileiramento de espigões na frente d'água coloca todo o skyline tradicional como mero pano de fundo para os novos empreendimentos, ou seja, permitir essa ocupação é assumir que qualquer obra nova é mais importante do que o tecido antigo e preservado – abre-se com isso uma premissa muito arriscada para a própria razão de ser dos órgãos que deveriam ser responsáveis pela preservação do patrimônio histórico (Iphan e Fundarpe). Não nos colocamos contra o desenvolvimento, contra as transformações. Entendemos que a cidade é viva! Cada habitante dá vida a sua cidade, por isso exigimos que as transformações urbanas ocorram na perspectiva do desenvolvimento humano, voltadas para a qualidade de vida das cidadãs e dos cidadãos que habitam, vivem e constroem a cidade no seu dia a dia. A área em questão não só precisa ser preservada pela memória que representa, como precisa ser responsabilmente transformada e utilizada como ferramenta de ativação do Bairro de São José, a partir de suas próprias características históricas e culturais. Há um grande potencial sendo desperdiçado com a intervenção proposta. A cidade do Recife é de todos e todas, de toda população recifense. A cidade do Recife não é e nunca poderá ser do capital imobiliário; não é e nunca poderá ser destinada ao lucro de poucos (Grupo Direitos Urbanos, 2012).

Desse modo, o Movimento #OcupeEstelita e o Grupo Direitos Urbanos traduzem, em suas reflexões e propostas, uma cidade do Recife pensada como um “corpo vivo”, construído pelas necessidades e desejos daqueles que nela vivem, ainda que suas vontades nem sempre predominem. Uma cidade, inclusive, que revela histórias, memórias, acontecimentos e paisagens que insistem em permanecer, declarando não apenas ao que nela está visível, passível de representação gráfica, planejado pelos urbanistas, mas, principalmente, como propõe Milton Santos (2006), assumindo aquilo que está no cotidiano, no “espaço banal”, onde temos a possibilidade de apreender de ter contato com – as variadas racionalidades que atuam sobre a materialidade física da cidade, compondo sua forma.

Logo, ao confrontar as mudanças e alterações pautadas nos grandes projetos urbanos que trariam o chamado “progresso”, termina por (re)atualizar e (re)organizar o conjunto de possibilidades e proibições impostas pelo espaço geométrico dos urbanistas. Um ambiente em que o sujeito que pratica o espaço urbano assume um lugar de protagonista na construção e representação do espaço, revelando uma “racionalidade alternativa” (Ribeiro, 2001), que expressa “outros modos de fazer, alternativos aos modos de vida planejados pelo centro do poder e propagados em operações midiáticas que, de tão criativas e luminosas, encantam ao mesmo tempo que encandeiam” (Lima, 2013, p. 207).

Como resultado desse tensionamento, os movimentos sociais urbanos acabaram por fazer eclodir conflitos e disputas, violações e desvios, revelando, por meio da rebeldia, das lutas e das resistências, uma cidade invisível. Na verdade, nessas terras do Cais José Estelita, passamos a acessar, de maneira política e simbólica, a oportunidade de desenvolver projetos públicos voltados para as pessoas, não lucrativos, numa área demasiadamente bem localizada, ou seja, a construção de habitação de interesse social, parques, praças, áreas públicas de esporte, lazer e cultura, entre outras coisas fundamentais para a vida nas cidades.

2 Redes sociais e ativismos urbanos: sujeitos, participações e novas centralidades

Hoje, a comunicação de massa e a difusão da informação na sociedade em rede vêm contribuindo, sobremaneira, para ampliar sensivelmente as formas associativas, as práticas críticas e ativistas. Trata-se, sem dúvida, de um contexto em que as facetas de dominação e resistência, bem como dos agentes envolvidos nessa disputa, tornam-se consideravelmente complexas, em permanente transformação.

Acomodados nesse ambiente, os atuais coletivos e movimentos urbanos, colocam-se num campo capaz de “articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referências normativas, relativamente abertas e plurais” (Scherer-Warren, 2008, p. 515). Traduzem, portanto, uma sociedade conectada, online, “onde os movimentos sociais estão/são (des)centralizados (ao menos no que diz respeito ao seu modo de organização) e funcionam por compartilhamento da informação por meio de mensagens. Seja por SMS ou pelas redes sociais ou, ainda, pelas hashtags” (Dias; Barbai; Costa, 2014, p. 201).

Flutuando entre trocas horizontais e dispersas, semelhanças e diferenças, práticas e convivências, disseminação e troca, são articuladas novas solidariedades e formas de mobilização, conduzindo-nos ao acesso de conteúdos e táticas direcionadas à programação e ao debate dos espaços públicos, a sua intervenção, imaginação e transformação.

Trata-se, portanto, de um ambiente em que se destaca o uso das mídias sociais que, por meio de emprego de tecnologias desterritorializantes, funcionam como potentes recursos de mobilização de pessoas, disseminação de informações e dispersão de conteúdos, colocando, dessa maneira, em contato (ou em choque) demandas e experiências locais nos processos de comunicação. Assim, buscam, de forma coletiva e horizontal, mudanças sociais ativando novas táticas e estratégias, repertórios de ação não convencionais, “relacionados a novos modos de disseminação de informações e coordenação de mobilizações, como o uso de abaixo-assinados, e-mails, listas de discussão, entre outros” (Flores; Gomes, 2017, p. 224).

Diante desse panorama, o Movimento #OcupeEstelita representa um exemplo importante no sentido de verificar o uso de tecnologias e das mídias sociais digitais na articulação de diferentes inteligências sociais coletivas. Vale lembrar que o #OcupeEstelita nasceu em 2012 essencialmente no ambiente virtual, sem um centro organizador ou liderança política, no sentido tradicional. Utilizando-se do ambiente da web, passou a construir uma agenda de debate que permitiu envolver a sociedade em sua causa, incitando a mobilização e participação de diversos atores, a articulação de eventos (on-line e off-line).

Contando com uma comunidade no Facebook, um perfil no Twitter, além de um canal no Youtube e um Blog, o movimento explorou as novas possibilidades de produção e distribuição de conteúdos, de cobertura de fatos e acontecimentos públicos, de contatos e interações sociais e de compartilhamento de informações, oferecendo “novas vias de mudança social, mediante a capacidade autônoma de comunicar-se e organizar-se” (Castells, 2013, p. 28), construindo, assim, um caminho alternativo aos métodos usuais de controle empresarial e político, como nos lembra um de seus participantes:

O grupo funciona de fato a partir da lógica de rede que a plataforma do Facebook permite explorar, agregando virtualmente pessoas reais que conseguem convergir em alguns pontos importantes apesar e ao pesar de todas as suas diferenças. Em resumo diria que o grupo Direitos Urbanos tem pensado e catalisado uma insatisfação generalizada com a degradação da qualidade de vida gerada por um tipo de desenvolvimento econômico e urbano que não prioriza os espaços públicos, deteriorando e padronizando cada vez mais os espaços de convívio, de diversão, de encontro e de mistura na cidade do Recife (Silva Filho, 2013).

Tudo isso termina por permitir uma comunicação, de baixo custo e eficaz, das suas causas e ideias. Um cenário que aponta para alterações substanciais na maneira como nós, sujeitos urbanos, temos sido informados, articulados e mobilizados para causas, trazendo, ainda, a partir do encontro “entre pessoas e grupos e entre as pessoas

e a cidade e seus diferentes espaços e territórios”, as novas fontes mediadoras. Funcionando como um ambiente catalisador, tem exigido dos gestores uma mudança de postura no tocante a formas tradicionais de relacionamento e, principalmente, de participação cultural e política.

As estratégias e os usos, por sua vez, foram diversos. Poderia, inicialmente, evidenciar o papel dessa plataforma na própria fiscalização (da mídia, das políticas e dos governos), seja no sentido de compartilhar, contestar, corrigir informações, seja no sentido de denunciar fatos, acontecimentos e mobilizar para eventos e ocupações:

19 de setembro, 9h15, Helena Castelo Branco, integrante do Direitos Urbanos, posta no grupo do Facebook: “Os lenhadores acabaram de chegar e vão derrubar a Acácia centenária. Em detrimento da recomendação do Ministério Público de PE- Belize Câmara. Socorro! Chamem a imprensa e todos pra evitar essa atrocidade! (Sic)”. Às 12h07, a própria Belize Câmara, promotora de meio ambiente, responde via celular: “Estive lá agora de manhã. A derrubada está suspensa!!!”. Mais que instrumentos de ativistas de sofá, a internet virou ferramenta fundamental para as novas manifestações sociais.

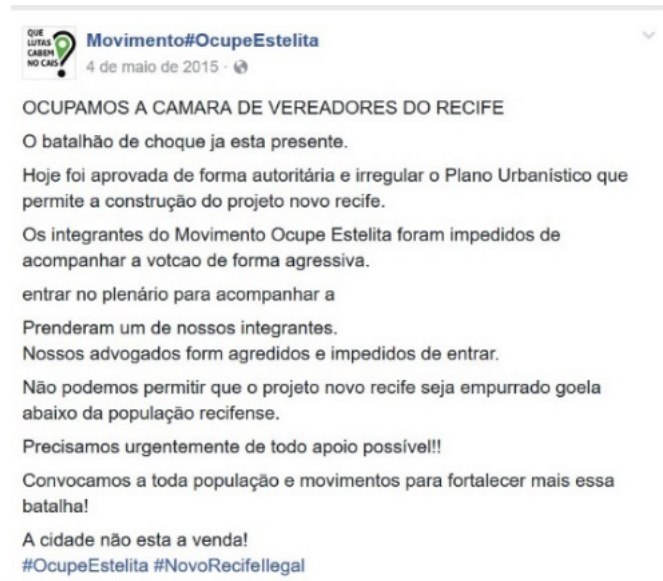
“Eu fui avisada sobre a árvore pelas redes sociais. Muitas vezes eu tomo conhecimento de denúncias pelo Facebook e já instauo o procedimento. Depois de algum tempo é que chegam as denúncias à promotoria. As redes sociais fazem com que eu me adiante”, disse Belize Câmara. No grupo dos Direitos Urbanos, ela já chegou a pedir adesão à luta pela preservação de imóveis de relevância histórico-cultural e arquitetônica e já solicitou que, ao fazerem uma denúncia, os internautas marquem o nome dela na publicação para que ela tome conhecimento do fato mais rapidamente.

Segundo Ana Paula Portella, o Facebook não serve apenas como instrumento de divulgação das ações, mas como plataforma de trabalho. Lá, são levantados debates, divulgadas notícias, documentos, postados vídeos das ações e criados seminários. “É uma ferramenta de trabalho importantíssima. Fazemos reuniões que duram três, quatro, cinco dias pelo inbox (mensagem interna), divulgamos cartazes, música, vídeos...”, disse, enfatizando que foram justamente as redes sociais que deram visibilidade ao movimento (Juliana Colares, 2012)¹².

Sobre esse aspecto, desde o início o DU e o MOE se destacaram pela capacidade de mobilização dos atores, principalmente, em situações emergenciais envolvendo o projeto Novo Recife, como é possível notar nos recortes de publicações realizadas no Facebook:

12. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/10/01/diario-de-pernambuco-destaca-novos-movimentos-sociais-organizados-pela-internet>. Acesso em: 15 set. 2015.

Figura 8



Assim, fatos passaram, por meio da mobilização on-line, rapidamente a serem compartilhados informações e denúncias, obtendo uma disseminação sem precedentes na web.

Nesses casos, “o uso de tecnologias digitais tornou-se estratégico e importante, já que o movimento só ficou sabendo dessas ações pelo alerta dado via redes sociais digitais por simpatizantes ou membros do grupo que estavam no local dos eventos. A partir dessas informações o grupo pôde agir e organizar as ocupações e protestos”. (Flores; Gomes, 2017, p. 232). Houve momento, também, que o perfil no Facebook, além de um canal de comunicação, destinava-se ao estímulo da população para o monitoramento, a vigilância e o engajamento na fiscalização do terreno objeto de disputa, lançando a campanha #VigieOEstelita:

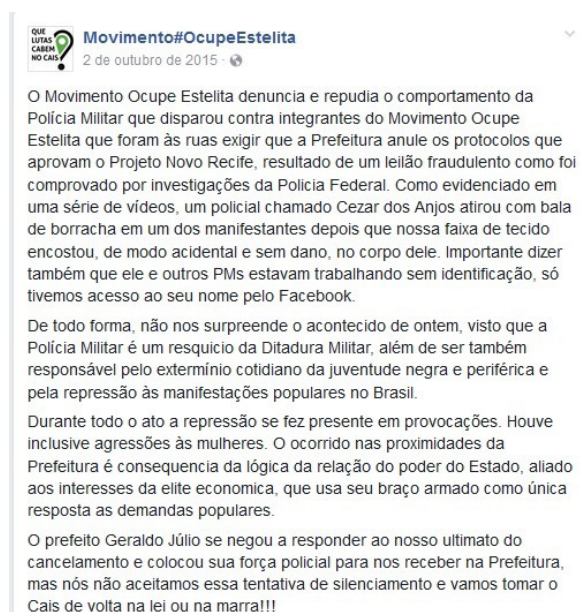
Figura 9



Fonte: MOE.

Junto a este aspecto, noutros momentos, havia denúncias de diversas ordens, oferecendo, ao mesmo tempo, um recurso informacional e mobilizador, bem como acusatório do processo de choque e violência, como é possível notar:

Figura 10



Outro aspecto evidenciado na discursividade do MOE e articulado nas redes sociais on-line é a produção de sentidos relacionados a uma visão de cidade coletiva, construída a partir de enunciados e questionamentos como “a cidade é de todos”, “a cidade é para quem?”, “a cidade é para as pessoas”, “ocupe o cais”, “a cidade é nossa”. Eles, além de preconizarem a ocupação do espaço público em detrimento do espaço privado, revelam um nítido embate em torno da noção de progresso, de modernidade, como é possível notar:

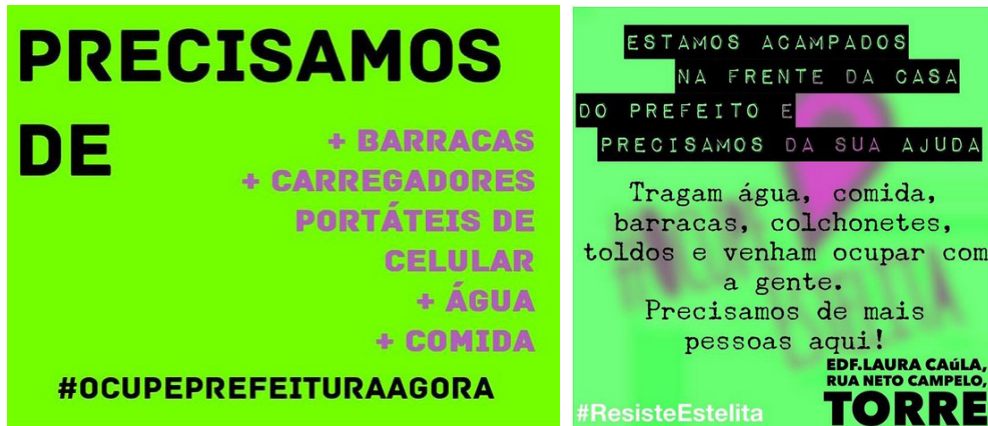
Figura 11



Fonte: MOE.

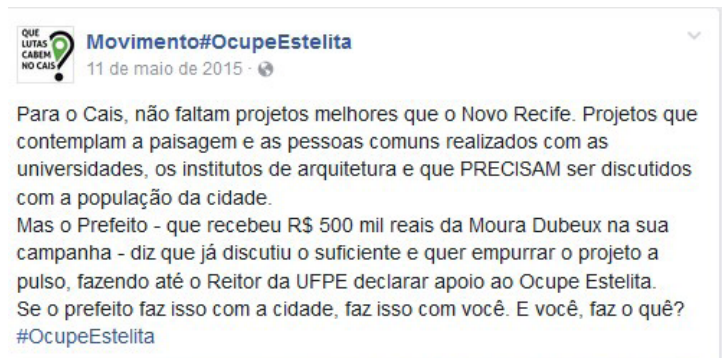
Por vezes, utilizavam as redes sociais para a realização de campanhas objetivando a obtenção de recursos materiais imprescindíveis à viabilização das atividades e ocupações:

Figura 12



Em tantos outros momentos, utilização da internet serviu para espalhar as propostas, numa espécie de convocação a discutir a cidade:

Figura 13



Mas, também, em inúmeras ocasiões, jogavam luz sobre outras agendas e debates, fazendo ampliar significativamente a discussão sobre os problemas urbanos. Assim, temas como a cultura do estupro, meio ambiente, violência contra as mulheres, aumento das passagens, machismo, cicloativismo, moradia e habitação popular, eleições, racismo, genocídios, torcidas organizadas, entre outros assuntos foram ativados, permitindo, desse modo, a interação com outros movimentos sociais e, conseqüentemente, um maior alcance e capilarização da causa do MOE:

Figura 14



Ademais, o que chamou, também, atenção foi o emprego de uma linguagem criativa, crítica, jovem e urbana, permitindo, para além da causa e agenda, uma identificação com uma estética urbana e artística:

Figura 15



Arte: Airton Cardim

Desse modo, compartilhando informações ou incitando ocupações e protestos, articulando pessoas ou coletivos, catalisando indignação e esperança, # OcupeEstelita foi sendo configurado e identificado como uma iniciativa ativista e representativa na rede, aparecendo a articulação e mobilização digital, mais do que um meio, como uma forma programática criadora de identidades e laços de solidariedade. Fazendo valer a relação entre mídia,

tecnologia de comunicação e participação pública, permitiu mudar opiniões e as formas de interagir, além contribuir para a transformação da estrutura de percepção da realidade.

Além disso, sua matriz reflexiva gerou, de forma significativa, um padrão de comunicação alternativo ao discurso hegemônico sobre as cidades, permitindo a emergência de lutas e de ações políticas.

Nesse contexto, é notória que a utilização da web surgiu como um espaço discursivo, potente e alternativo, que, inclusive, transformou a própria experiência política urbana no Recife, como aponta Leonardo Cisneiros, em entrevista:

[...] Eu acho que a gente conseguiu formar esse canal alternativo a um canal hegemônico e tradicional e começar a pautar. Por exemplo, 2012 mudou a pauta da eleição, a gente falava nos debates sobre o Cais José Estelita. A partir daí começou a ter o contra-ataque cultural.[...] e eu vejo a internet, tecnologia e tudo mais, como coisas em disputa. Eu acho que nesse caso, a gente ganhou a disputa; a gente conseguiu usar a ferramenta muito bem para uma pauta boa nessa lógica da hegemonia.

Sem dúvida, os processos e os produtos culturais, possibilitados pelo MOE e DU, na convergência do real e do virtual, criaram valores, símbolos e ferramentas que permitiram aos sujeitos experimentar novos atos de resistência e de insurgência. Permitiu, assim, ativar a centralidade da rede como uma nova condição das comunicações de massa, mas também “como reestruturação das relações de poder” (Miconi, 2008, p. 154).

Considerações finais

O exemplo da ocupação do Cais José Estelita surgiu como uma potente plataforma de investigação de um processo de mudança social exercido, de uma forma físico-digital, por movimentos sociais urbanos que, com sua rebelião multifacetada, transformaram medo em indignação e indignação em ativismo.

Conectando-se em rede no ciberespaço e ocupando os espaços urbanos, os diferentes sujeitos uniram-se e engajaram-se em práticas conflitivas, enraizadas nas contradições que marcam, notadamente, as sociedades urbanas. Formaram, por sua vez, uma noção de comunidade baseada na proximidade, no desejo de reivindicar sua própria cidade, uma cidade da qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal.

Destaco, entre os inúmeros recursos reivindicativos, a emergência da discussão sobre a dimensão paisagística da cidade, chamando atenção para o fato de que a realidade da vida urbana é constituída não somente pelo seu visível, mas muito mais pelo invisível domínio dos seus sentidos, pelo simbólico e cultural.

Ademais, compreendo que há, também, um legado no que concerne à mudança cultural que produziu com sua ação, reconstruindo a esfera pública no espaço de autonomia constituído em torno da interação entre localidades e redes da internet. É fértil perceber como o modelo de comunicação e a constituição de redes interativas contribuíram para “compor um novo paradigma de interação com o território e, consequentemente, para a formação de uma nova organização social” (Di Felici, 2008, p. 56).

Por fim, penso, frente a tudo isso, que acompanhamos a história de uma “cidade que luta para não se tornar invisível”¹³, que, sob da bandeira do “direito à cidade”, enfrenta a exclusão, desnaturalizando o lugar da cidade excludente.

Acionando afetos e emoções, pude reconhecer, a partir dos atos insurgentes e criativos, a construção de uma perspectiva alternativa ao modelo desenvolvimentista, apontando para a liberdade, para a igualdade, para a autonomia, para a autogestão, para o respeito à vida, para a representação política alternativa pelo próprio movimento, que são valores inerentes à cidadania e à sua conquista e exercício (Senna Filho, 1994).

Referências

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Trad. Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CISNEIROS, Leonardo. A moral e a bioética do Recife em questão. **Direitos Urbanos**. 2013. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/04/03/a-moral-e-a-bioetica-do-recife-em-questao-entrevista-de-leonardo-cisneiros-no-portal-de-luis-nassif>. Acesso em: 29 mar. 2013.

CISNEIROS, Leonardo. Descrição e Pautas do Grupo Direitos Urbanos. **Direitos Urbanos**. 2013. Disponível em: <https://fb.com/notes/direitos-urbanos-recife/descr%C3%A7%C3%A3o-e-pautas-do-grupo-direitos-urbanos/443429635754621>. Acesso em: 12 fev. 2013.

DI FELICE, Massimo (Org.). **Do público para as redes**: a comunicação digital e as novas formas de participação social. 1. ed. São Caetano do Sul-SP: Difusão Editora, 2008.

DIAS, C.; BARBAI, M. A.; COSTA, G. C. 2014. Movimentos da contemporaneidade: a rua, as redes e seus desencontros. **RUA**, Edição Especial – ISSN 1413-2109, 2014. [online]

DIREITOS URBANOS. #ocupeestelita. **Direitos Urbanos**. 2014. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita>. Acesso em: 30 maio 2014.

13. Título de matéria publicada na *Revista Le Diplomatique*. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/a-cidade-que-luta-para-nao-se-tornar-invisivel>.

DIREITOS URBANOS. Carta Convite Aberta aos participantes da Reunião Preparatória para o encontro Rio/Clima. **Direitos Urbanos**. 2014. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/13/carta-aberta-do-ocupeestelita-para-a-reuniao-preparatoria-da-rio20>. Acesso em: 30 maio 2014.

DIREITOS URBANOS. Carta em Defesa do Cais José Estelita. Nossa paisagem, nosso patrimônio. **Direitos Urbanos**. 2014. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/18/cartapatrimonio>. Acesso em: 20 mar. 2014.

FLORES, Natália Martins; GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Melo. #OcupeEstelita: ciberativismo e mobilização social. **C&S**, v. 39, n. 1, p. 219-251, 2017.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, n. 39, p. 48-64, 1996.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

LIMA, Eduardo Rocha. A cidade caminhada... o espaço narrado. **Redobra**, UFBA, n. 11, p. 202-211, 2013. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_21.pdf. Acesso em: 12 maio 2015.

MICONI, Andrea. Ponto de virada: a teoria da sociedade em rede. In: DI FELICI, Massimo (Org.). **Do público para as redes**: a comunicação digital e as novas formas de participação social. 1. ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.

NASCIMENTO, Alexandre Sabino do. O novo Recife Identidade, espaço, cultura e as tramas do processo de requalificação e gentrificação de sua área central. **Revista Eletrônica E-metropolis**, ISSN 2177-2312, Publicação trimestral dos alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles, Rio de Janeiro, 2014.

NOVO RECIFE EMPREENDIMENTOS LTDA. **Relatório de empreendimento de impacto**: empreendimento Novo Recife. Recife, 2011.

PROJETO NOVO RECIFE. #PorDentrodoNovoRecife. 2014. **Facebook**. 2014. Disponível em: <https://fb.com/photo/?fbid=730279387056056&set=a.645952672155395>. Acesso em: 22 nov. 2014.

PROJETO NOVO RECIFE. Cais bonito como Recife nunca viu. **Facebook**. 2014. Disponível em: <https://fb.com/novorecife/photos/a.645952672155395.1073741828.449825248434806/661267547290574/?type=3&theater>. Acesso em: 12 jul. 2014.

PROJETO NOVO RECIFE. Evolução histórica e cultural. **Facebook**. 2014. Disponível em: <https://fb.com/novorecife/photos/a.645952672155395.1073741828.449825248434806/694520763965252/?type=3&theater>. Acesso em: 15 jun. 2014.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *In*: RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens**. Brasília: Editora UnB, 2000, p. 131-169.

SABOIA, Augusto. Projeto Novo Recife, geração de oito mil empregos diretos e indiretos para a população. **Blog das ppps**. 2016. Disponível em: <http://blogdasppps.com/2016/08/projeto-novo-recife-geracao-de-oito-mil-empregos-diretos-e-indiretos-para-a-populacao.html>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SÁNCHEZ, F. Arquitetura e urbanismo: espaços de representação na cidade contemporânea. **Veredas**, v. 41, p. 26-29, 1999.

SCHERER-WAREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 457-475, 2008.

SENNA FILHO, Arthur Ribeiro de. Organizações Não-Governamentais de assessoria popular, novos movimentos sociais, Estado e Democracia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 45, p. 43-65, 1994.

SILVA FILHO, João Paulo Lima. O Direitos Urbanos e a política partidária: para muito além da lógica dos partidos, mas não sem eles. **Direitos Urbanos**. 2013. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/04/03/o-direitos-urbanos-e-a-politica-partidaria-para-muito-alem-da-logica-dos-partidos-mas-nao-sem-eles>. Acesso em: 03 abr. 2013.